



Oliveira do Bairro câmara municipal

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PRIVADA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO
BAIRRO, REALIZADA NO DIA 11 DE ABRIL
DE 2019**

Aos onze dias do mês de abril de dois mil e dezanove, nesta Cidade de Oliveira do Bairro, na Sala de Reuniões de Câmara Municipal, sita nos Paços do Município, realizou-se pelas catorze horas e trinta minutos, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Duarte dos Santos Almeida Novo e com a participação do Vice-Presidente da Câmara Jorge Ferreira Pato e dos Vereadores Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas, Susana Maria da Silva Martins, António Augusto Marques Mota, Álvaro Miguel Ferreira Ferreira e Fernando José Martins da Silva, a reunião ordinária privada da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, ao abrigo do disposto no art.º 40.º e n.º 2 do art.º 49.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos termos das deliberações do Executivo Municipal datadas de 30 de outubro de 2017 e de 9 de novembro de 2017.

Pelo Presidente da Câmara foi declarada aberta a reunião, tendo-se procedido à apreciação dos assuntos constantes da respetiva Ordem de Trabalhos, antecipadamente entregue a todos os Vereadores.

PONTO 1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA | ASSUNTOS DE INTERESSE CONCELHIO.

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara, o Vice-Presidente, a Vereadora Lília Ana Águas e os Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Fernando Silva.

O **Presidente da Câmara**, deu conhecimento aos Vereadores da receção do Relatório do Auditor Externo referente ao 2.º semestre do ano de 2018, que tinha chegado no dia anterior, sendo posteriormente agendado para Reunião de Câmara, não obstante de ser entregue em papel uma cópia a todos para que possam consultar o mesmo.

Informou também que tinha chegado um draft do CLC e que, apesar de o Revisor só o poder emitir após a aprovação do relatório de gestão no presente órgão por cortesia e por sua solicitação foi enviada a versão final do relatório, para que os Vereadores possam ver qual é a opinião do Revisor. Relativamente a um pedido efetuado pelo Vereador Álvaro Ferreira quanto ao envio da documentação, disse que iriam ter isso em atenção para a próxima Assembleia Municipal. No entanto relativamente ao Relatório de Contas e à primeira Revisão, uma vez que já tinham os documentos em sua posse, não seriam novamente enviados.



Oliveira do Bairro câmara municipal

Sobre o facto de não vir aquela reunião a ata da última Reunião de Câmara, esclareceu que os serviços estavam a ultimar as atas da Assembleia Municipal, que se encontravam um pouco atrasadas, apelando à compreensão dos Vereadores.

Reportando-se aos valores do contrato interadministrativo entre o Município e o Ministério da Educação, que tinham sido solicitados, informou que recentemente a Câmara Municipal tinha sido confrontada com o adiamento do prazo de pronúncia, até ao dia trinta de junho de 2019, mas querendo dar cumprimento à sua promessa e uma vez que já tinha os dados preparados pela área financeira do município, faria a apresentação dos mesmos e, quando viesse, o assunto à Reunião de Câmara, com os valores propostos pela Tutela, aí fariam a comparação dos valores.

Assim, passou a dar nota aos Vereadores, dos valores constantes no mapa referente às transferências feitas pela Tutela e à despesa realizada pelo Município, no que respeita aos anos de 2017 e 2018.

O **Vice-Presidente da Câmara**, deu nota que tinha entregue as contas do IPB, relativas ao ano de 2018, que tinham sido solicitadas pelo Vereador Fernando Silva.

Disse que, no seguimento do que tinha já referido sobre a melhoria da situação económico-financeira da Fundação, a mesma era evidente e que, pela primeira vez, tinha fechado o ano de exercício económico com resultados positivos. Acrescentou que para além da situação financeira, também havia um crescimento na atividade da escola, do reconhecimento do mercado e do número de alunos que mesmo assim já não são suficientes para satisfazer os pedidos do mercado de trabalho.

Salientou o facto de terem sido apresentadas propostas para o Orçamento Participativo, por alunos do IPB, mostrando o bom trabalho que se realiza no estabelecimento de ensino.

Acrescentou que o Concelho se podia orgulhar por ter uma escola profissional de referência.

O **Vereador Fernando Silva**, no seguimento da intervenção do Vice-Presidente, questionou quantos alunos tinha atualmente o IPB, tendo-lhe sido respondido que atualmente o IPB tinha cento e cinco alunos provenientes de nove concelhos, demonstrando a abrangência que a escola tinha a nível regional.

Referiu que tinha conhecimento que se iria realizar na presente data uma reunião do Conselho Geral da Educação e nesse sentido gostaria de saber qual era a avaliação que o Executivo fazia ao trabalho desenvolvido pela Diretora do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro, a qual desempenha essas funções há vinte anos, e qual era a opção que a Câmara Municipal iria defender na referida reunião, se pela recondução da Diretora ou se pela abertura de procedimento concursal para o cargo.

Deu nota que tinha sido apresentado pelo Governo a segunda fase da economia digital e questionou se o Executivo tinha algum plano de ação para apoio das empresas e dos empresários, na área que aparentemente nos próximos dois anos pretende formar cerca de duzentos mil empresários ou empresas.



Oliveira do Bairro câmara municipal

Questionou também qual a atual área de cobertura no Concelho com fibra ótica e se tem tido alguns contactos com a operadoras de infraestruturas, para uma eventual cobertura de todo o Concelho, mas com especial atenção às zonas de atividades industriais.....

Disse que gostaria de saber quanto se iria gastar com os chamados “*hat spat*”, com cobertura Wi-Fi Concelhia, a que chama a “*cubanização*” do Concelho.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, agradeceu ao Presidente da Câmara o esclarecimento que tinha dado, relativo à área da Educação.....

No que diz respeito à Ordem de Trabalhos, referiu que a mesma era extensa, para em tão poucos dias conseguirem fazer uma análise detalhada dos assuntos, sabendo que os assuntos vão sendo apresentados à medida do trabalho realizado e das necessidades. Sugeriu que assim que houvesse assuntos a serem apresentados em reunião de Câmara, os mesmos fossem logo disponibilizados aos Vereadores, dando tempo para a sua devida análise, não sendo “inundados” com todos os assuntos a dois dias da realização da reunião.....

Relativamente ao Jantar Conferência sobre a temática da Cerâmica, do Jornal da Bairrada, que se iria realizar na presente data e sobre o qual tinha sido publicada uma entrevista do Presidente da Câmara, onde foi endereçado o convite aos Vereadores e aos Membros da Assembleia Municipal a estarem presentes, disse que esse convite também tinha sido dirigido, pelos técnicos municipais, aos Vereadores e aos Membros da Assembleia, tendo-se verificado um reforço de convite aos Membros da Assembleia, a estarem presentes, por parte do Presidente da Assembleia Municipal, não lhe parecendo bem essa diferença de tratamento, alertando que esse reforço também deveria ter sido feito aos Vereadores.

O **Vereador António Mota**, sobre a documentação presente na reunião, reforçou que se tornava difícil analisar centenas de páginas, rececionadas a uma segunda feira ao início da noite, e que muitas das quais têm que se imprimir, de forma a poderem fazer o seu trabalho de pesquisa e análise. Agradeceu a forma como foram enviados os documentos relativos à Gestão de Contas, facilitando o trabalho de análise, mas deveria haver um pouco mais de cuidado, no futuro.....

No seguimento da intervenção do Vice-Presidente sobre o IPB, referiu que era lógico que houvesse rentabilidade proporcional ao número de alunos, estando isso previsto no estudo económico da escola.

Relativamente à dificuldade da parte económica da Câmara Municipal, que tem passado para o exterior, congratulou-se com a hasta pública de venda de lotes, esperando que a mesma não fique vaga e que apareçam interessados para aquisição dos mesmos, disponibilizando assim mais verba para que o Presidente da Câmara possa fazer mais alguma coisa no Concelho.

Reportando-se à rotunda da zona industrial de Oiã, disse que sabia que não era competência da Câmara Municipal, mas já era deprimente olhar para a mesma, sugerindo que o Município em acordo



Oliveira do Bairro câmara municipal

com as Estradas de Portugal, envie um funcionário de forma a arrancar a vegetação que nasce na mesma, porque era uma das entradas no Concelho e não dignificava em nada o mesmo. Referiu também, que na zona da Raposeira, no empedramento que se efetuou, dever-se-ia proceder à limpeza do mesmo.

O Vice-Presidente da Câmara, reportando-se à intervenção do Vereador António Mota e ao estudo que este tinha referido, esclareceu que o estudo previa que o IPB tivesse resultados positivos a partir de um número de alunos, que era cerca de mais do dobro do que tem atualmente e por isso, ou a realidade não abona a favor dos autores do estudo ou então abona a gestão que o estabelecimento tem tido. Acrescentou que em vez de se criticar a intervenção do Vice-Presidente, teria ficado melhor elogiar o trabalho de gestão que tem sido feito no IPB, nomeadamente pelo Diretor da escola que tem feito um trabalho exemplar.

A **Vereadora Lília Ana Águas**, sobre a questão colocada pelo Vereador Fernando Silva relativa à reunião do Conselho Geral de Educação, disse que no que respeito ao exercício de funções da Diretora do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro, Dr.^a Júlia Gradeço, cargo que exerce há vinte anos, o Executivo Municipal não se iria pronunciar sobre o assunto, porque com a Câmara Municipal só houve contacto mais direto a partir do ano de 2015, com a delegação de competências. Acrescentou que depois dessa data, tinha havido um concurso e uma eleição para o cargo e se a pessoa em questão tinha sido reconduzida é porque o órgão entendeu que era competente. Relativamente à votação que iria ser realizada na presente data, na já referida reunião, referiu que a votação era por escrutínio secreto e por isso não se iria pronunciar. Sobre o trabalho que tem sido realizado, de há um ano e meio a esta parte, com o Agrupamento de Escolas, não tem havido problemas, sendo que todas as decisões tomadas em conjunto eram sempre defendidas pelas duas partes.

O Presidente da Câmara, respondendo à questão do Vereador Fernando Silva, sobre o apoio às empresas, recordou que tinha sido criado o Espaço Empresa, que servia para apoiar na criação de novas empresas e na eliminação de muito burocracia, e com a ACIB também se tem pedido apoio, principalmente para as primeiras fases de ampliação das zonas industriais e daquilo que se quer para as empresas.

Referiu que tinha que haver uma adaptação daquilo que eram as necessidades da economia digital e aquilo que necessitava cada empresa. Acrescentou que uma empresa com um número de trabalhadores elevado, mais de dez trabalhadores, faz as suas próprias formações e as suas próprias análises e adapta aquilo que necessita. O Município através da parceria existente com a ACIB, tem proporcionado e divulgado uma série de iniciativas e quando se sentir que se torna necessário dirigirem-se para outras áreas claro que o farão.

No que diz respeito à cobertura da fibra ótica no Concelho de Oliveira do Bairro, deu nota que a pior



Oliveira do Bairro câmara municipal

cobertura se situava na zona poente do Concelho. Informou que logo no início do mandato tinha reunido com os principais operadores em Oliveira do Bairro, mas por necessidade e gestão dos serviços da Câmara, teve que ser instalado um sistema de comunicações interno, com uma reformulação completa, com unificação de redes que dentro de pouco tempo estará concluído, e durante essa fase de concursos públicos não foi contactada nenhuma operadora. Mais informou que, depois de estabilizada essa fase, dentro de poucos dias, então iriam voltar novamente aos contactos tidos inicialmente, para assim se aumentar a cobertura. Contudo verifica-se que com o aumento de oferta de fibra ótica, a adesão de novos munícipes era quase nula, segundo informações das operadoras, e os novos pedidos praticamente eram para reforçar as zonas industriais.

Sobre o sistema de wireless, “Wi-Fi For You”, informou que se prevê um custo de cerca de quinze mil euros.

Reportando-se à disponibilização da documentação para a presente reunião, disse que sempre defendeu que as contas deveriam ser analisadas pelos auditores, antes de serem apresentadas e não depois, devendo mesmo ser feito um trabalho em parceria, caso se verifiquem situações menos corretas para haver tempo para se proceder à sua correção. Acrescentou que durante um mês de análise e reformulação entre a Câmara Municipal e o auditor, entre envios e recebimentos de respostas, limitou que a documentação estivesse disponível mais cedo. Disse compreender as razões apontadas pelos Vereadores.

Relativamente aos convites para o Jantar Conferência do Jornal da Bairrada, esclareceu que tinha ficado acordado que o Jornal da Bairrada geria os convites, não obstante a Câmara Municipal ter tido a preocupação de fazer chegar os mesmos atempadamente aos Vereadores e tendo-o feito, disse não ver a necessidade de voltar a reforçar o mesmo, pior seria que não tivessem chegado os convites. No que respeita ao IPB disse que tinha sido atingido o seu ponto crítico, sendo natural, quando se fala do número de alunos necessários e daquilo que têm sido os concursos, para fomentar a sua sustentabilidade económica e financeira, tendo atingido o número de cursos que lhe dá essa possibilidade, naturalmente que quando evoluir o próprio IPB fará mais investimentos, trará outros cursos que implicarão investimentos, nomeadamente em equipamentos e quiçá em técnicos.

Reportando-se ao que tinha sido referido sobre a zona industrial de Oiã, disse ter tomado nota das sugestões, informando que já tinha feito o pedido à EP relativamente à rotunda de Perrães, pelo mesmo motivo, solicitando mesmo um protocolo, de forma a que a vegetação existente nas rotundas possa ser eliminada.

O **Vereador António Mota**, referindo-se ao IPB, disse que respeitava muito, tanto as gestões anteriores como as atuais, nomeadamente o Conselho Executivo anterior, mas recordou o Vice-Presidente que, em circunstância alguma, aconteceu o que tinha acontecido no ano de 2018 em relação ao ano de 2017, porque só em subsídios, doações e legados à exploração, houve seiscentos



Oliveira do Bairro câmara municipal

e tal mil euros, contrariamente aos trezentos mil euros, do ano anterior, sendo a principal causa da alteração dos resultados líquidos do exercício.

Dirigindo-se ao Presidente da Câmara disse que este se esquecia sempre da parte positiva e enunciava sempre a parte negativa nomeadamente as rendas do Edifício de Oiã e dos seus quatrocentos e muitos mil euros, mas esqueceu-se do “over booking” do IEC da Mamarrosa que era receita, e essa não referia.

O **Vereador Fernando Silva**, agradeceu ao Presidente da Câmara por ter cedido ao seu pedido de fornecer a documentação em papel facilitando a sua análise.

Relativamente ao IPB, deu nota que o relatório já referido tinha sido da sua responsabilidade, e que pressupunha duzentos e cinquenta alunos, mas mais importante que isso eram as dez turmas, que tinham que estar a funcionar, para chegar ao ponto crítico e isso sem assumir qualquer subsídio à exploração, como tinha sido já referido. Relativamente à aquisição de novos equipamentos, disse que não tinha sido feita análise na altura nesse sentido, porque, do que tem conhecimento, o único investimento que não tinha sido feito naquela escola, foi não equipar os laboratórios ou as oficinas, com os equipamentos inicialmente previstos, que rondavam cerca de oitocentos mil euros.

Deu nota que havia empresas no centro de país, na área da cerâmica, que estavam disponíveis, desde que bem conversado, para colocarem no IPB máquinas topo de gama, evitando mandar técnicos continuamente, para formação, de cada vez que vendem uma máquina a uma empresa da Região.

Sobre o Conselho Geral de Educação, disse que o voto da Vereadora nesse órgão, não podia de forma alguma ser um voto secreto perante o Executivo, porque na sua opinião tinham o direito, como Vereadores, de saber o sentido de voto da Vereadora que representa a Câmara Municipal no Conselho Geral de Educação. Sugeriu que, como já tinha sido feito noutros Executivos, numa reunião à porta fechada, os Vereadores fossem informados do sentido de voto da Vereadora naquele Conselho.

O **Presidente da Câmara**, alertou que relativamente ao relatório do IPB, os Vereadores, apenas estavam a olhar para especializações e que estavam relacionadas com o número de alunos que iam existindo e essencialmente com a evolução das turmas e era isso que fazia mudar a situação.

Esclareceu que o “over booking” do IEC, estava em “over booking” desde a altura em que tinha sido calculado, porque ainda estava em tribunal, para poder ser pago ao Município e enquanto assim estiver, não se pode contar com o valor.

PONTO 2 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 68 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS – LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO E DIPLOMAS SETORIAIS [DECRETO-



Oliveira do Bairro câmara municipal

LEI N.º 23/2019 DE 30 DE JANEIRO (SAÚDE)]

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, e os Vereadores Lília Ana Águas, António Mota, Álvaro Ferreira e Fernando Silva.

O **Presidente da Câmara**, referiu que o presente ponto e o seguinte diziam respeito à delegação de competências e à pronúncia da Câmara Municipal, no que respeita à aceitação ou não da delegação de competências por parte da Entidade Intermunicipal.

No que diz respeito à Educação, deu nota que o papel da Comunidade Intermunicipal, na definição dos cursos profissionais e no ensino profissional na Região, era cada vez mais ativo e nesse sentido, tinha sido entendimento em Conselho Intermunicipal que a Comunidade Intermunicipal deveria assumir desde já a competência.

No que respeita à delegação de competências na área da Saúde, referiu que todos os Municípios tinham o mesmo problema, não existia informação suficiente e a informação do ACES – Baixo Vouga era muito vaga, nesse sentido a Comunidade Intermunicipal não se via preparada para assumir essa competência. Acrescentou que no que diz respeito ao Município, assunto já discutido em Reunião de Câmara, ainda se aguardava que fossem enviados os valores propostos para transferência, e só nessa altura o Município se iria pronunciar sobre a aceitação ou não para o ano de 2019.

O **Vereador Fernando Silva**, no que diz respeito à transferência de competências na área da Saúde, em que a proposta era de não assumir, disse ter lido as deliberações da CIRA e não traziam nada de novo, ficando mesmo preocupado quando a CIRA diz, que as áreas de competências previstas no Diploma careciam de um estudo apurado. Acrescentou que havia dois equipamentos para o Concelho de Oliveira do Bairro, previstos em investimentos da CIRA, receando que com estas alterações volte tudo à estaca zero.

Referiu que o Presidente da Câmara tem que manter a firmeza, no que respeita a esses dois equipamentos e afirmar que o que já estava acordado tinha que ser mantido, mas com grande firmeza, sugerindo que o voto do Presidente da Câmara na CIRA seja sempre condicionado à continuação do acordado.

No que respeita à Educação disse que, olhando para o que estava escrito na informação, lhe parecia que, tendo já um contrato assinado até ao ano de 2020, agora se iria assinar outro contrato com terceiros para o ano de 2019. Acrescentou que brevemente teria que ir à Assembleia Municipal a continuidade do contrato da intermunicipalização, que tinha sido assinado pelo anterior Executivo. ...

Questionou se o Concelho de Oliveira do Bairro dentro da CIRA era um caso à parte, podendo mesmo ser traído o Concelho, devido aos transportes escolares, algo que não estão a ser ressarcidos adequadamente pelo atual contrato.

Questionou, ainda, se o assunto tinha sido discutido, se um contrato tinha a ver com o outro já existente, se as verbas que têm sido transferidas pela Tutela, quando passar para a competência da



Oliveira do Bairro câmara municipal

CIRA, quem passaria a transferir a verba para o Município da parte remanescente do contrato que o Município tem com o Ministério da Educação.....

Recordou que associado ao contrato, existe a recuperação da Escola em Oiã, sendo também prevista a reabilitação da Escola Secundária, questionando como é que ficaria assegurado, ao aceitar-se que a competência passe para a CIRA.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, reforçou a intervenção e as preocupações deixadas pelo Vereador Fernando Silva.

Referiu que as informações eram pouco claras nas duas áreas, tendo apenas disponível as deliberações tomadas na CIRA.....

No que respeita aos transportes questionou como ficariam garantidas, todas as situações, lembrando que há casos pontuais em que existem falhas, como é que se garantia que, sendo da competência da CIRA, essas falhas não iriam acontecer, e se acontecerem seria noutro tipo de escala. Alertou também para o nível de investimento para as Escolas, sendo óbvio que a força de cada Município é que iria vencer.

Referiu que se estava a analisar as competências para a Comunidade Intermunicipal e não se estava a analisar as competências para o Município, mas as mesmas eram inerentes uma à outra, porque a estratégia tinha que se confundir com as duas áreas.

Na área da Saúde, questionou se, relativamente a todo o repertório de dúvidas que o Executivo tinha enviado, já tinha sido recebida alguma resposta.

O **Vereador António Mota**, referiu que enquanto não tiver uma quantificação concreta de valores, das várias Tutelas, apresentadas tendo em conta um histórico, a sua posição iria ser sempre a de abstenção. Acrescentou que estava muito cético em relação a todas as transferências de competências, enquanto não visse tudo devidamente esclarecido.

A **Vereadora Lília Ana Águas**, no que diz respeito à Educação e às dúvidas que tinham sido colocadas, esclareceu que a Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, era uma das catorze Câmaras que tinha aderido ao projeto piloto na área da Educação nomeadamente da descentralização de competências, sendo que esse contrato, assinado no ano de 2015, tem o seu término no ano de 2019. Na sequência do atual contrato de delegação de competências, que é genérico para todos os Municípios, a Lei refere que se os Municípios que já tinham aderido anteriormente, agora recusarem a delegação de competências, o anterior contrato apenas termina no ano de 2021, nas mesmas condições em vigor.

Sobre a requalificação da Escola Secundária, disse que já tinham entrado em contacto com a Secretária de Estado no sentido de poderem reunir exatamente para esclarecerem algumas questões, que suscitam dúvidas, mas o que tinha sido indicado foi que, se a verba para a requalificação da Escola não fosse inscrita nos orçamentos até ao ano de 2021, ao transitar, esse incumprimento por



Oliveira do Bairro câmara municipal

parte da DGEST, ao contrato anterior, passaria para o seguinte. Acrescentou que a questão tinha que ser devidamente esclarecida e por isso ainda estarem à espera da reunião com a Secretária de Estado.

Reforçou que se não aceitarem a transferência de competências em análise, na área da Educação, o anterior contrato mantém-se em vigor até ao ano de 2021.

Sobre os transportes escolares, esclareceu que o valor dos transportes escolares não dependia da transferência da delegação de competências, mas sim do orçamento próprio da Câmara Municipal. .

O **Presidente da Câmara**, esclareceu que o que se estava a discutir eram competências próprias da Comunidade Intermunicipal, e não do Município.

Deu nota que, no pacto para a Região que foi assinado, para o Município de Oliveira do Bairro tinha sido colocado como áreas de intervenção, na área da Saúde, a construção de dois equipamentos, mas quem os iria construir era o Município, não havendo nenhum financiamento para o efeito, até porque no pacto se encontravam elegíveis, mas sem valor.

Esclareceu, ainda, que o que tinha referido e nada tinha a ver com a intervenção na área da Saúde da Comunidade Intermunicipal, era que os Municípios teriam questões específicas de gestão dos equipamentos, dos auxiliares e de tudo o que já era gerido com o contrato interadministrativo na área da Educação, nomeadamente no que concerne aos investimentos na área da Educação.

Referiu que numa reunião tinha sido apresentado o projeto da recuperação da ESOB à Secretária de Estado a qual falou na inclusão dos valores inscritos no Orçamento de Estado, porque iria depender do mesmo. Acrescentou que o equipamento teria que ser sempre financiado com fundos da Tutela, nunca passando para o Município.

No que diz respeito à rede de transportes, referiu que a Vereadora tinha dito e bem que era uma competência própria do Município, que foi delegada na Comunidade Intermunicipal a qual iria garantir todas as rotas, e tudo o que era o suporte e o pagamento dos transportes escolares, continuava a ser responsabilidade do Município.

Esclareceu que a transferência de competências na área de Educação para a CIRA, nada tinha a ver com os transportes, mas sim estavam relacionadas com a definição dos cursos profissionais, essencialmente para a gestão económica que tem que existir na Região de Aveiro. Acrescentou que a CIRA não vinha gerir nada que fosse da competência do Município.

O **Vereador Fernando Silva**, referiu que o que era pedido para deliberar, não lembrava a ninguém porque era solicitado na informação da CIRA que os Órgãos Municipais reunissem até ao dia vinte e nove de abril e que fosse comunicado por mail até às onze da manhã do dia trinta de abril, véspera de feriado, à CIRA as deliberações tomadas, e que fosse convocada uma reunião para esse mesmo dia às dezoito horas, achando que tudo não passava de um faz de conta e a ideia com que ficava era que tudo tinha sido decidido pelo Presidente da CIRA e todos os Presidentes de Câmara



Oliveira do Bairro câmara municipal

concordaram.

O **Presidente da Câmara**, esclareceu que relativamente aos prazos solicitados pela CIRA, estavam relacionados com o facto de quando os Diplomas eram publicados, os mesmos têm prazos para a sua concretização, e as pronúncias dos Municípios, para que possa ser feita uma pronúncia conjunta na Comunidade Intermunicipal, têm que ser idênticas, porque se assim não for, o assunto nem sequer é agendado e daí ter sido acordado entre os Presidentes de Câmara que no que toca à parte burocrática, o Município de Oliveira do Bairro iria proceder da forma que tem que proceder e se não se sentir confortável em alguma matéria, não aceita.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por Maioria com as abstenções dos Vereadores António Mota e Álvaro Ferreira, aprovar o teor da Informação/Proposta n.º 68 – Mandato 2017/2021 do Presidente da Câmara, datada de 5 de abril de 2019, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais e remetê-la à Assembleia Municipal, com vista à tomada de decisão por aquele órgão autárquico, atentas as suas competências.

PONTO 3 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 69 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS – LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO E DIPLOMAS SETORIAIS [DECRETO-LEI N.º 21/2019 DE 30 DE JANEIRO (EDUCAÇÃO)]

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por Maioria com as abstenções dos Vereadores Fernando Silva, António Mota e Álvaro Ferreira, aprovar o teor da Informação/Proposta n.º 69 – Mandato 2017/2021 do Presidente da Câmara, datada de 05 de abril de 2019, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais e remetê-la à Assembleia Municipal, com vista à tomada de decisão por aquele órgão autárquico, atentas as suas competências.

PONTO 4 – RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2018, DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS 2018, INVENTÁRIO DO ANO DE 2018 E APLICAÇÃO DO RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO 2018.....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, e os Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Fernando Silva.....

O **Presidente da Câmara**, referiu que o Relatório de Gestão era explícito, demonstrando uma análise daquilo que era o histórico do Município nos últimos anos, justificando também o que tinha acontecido no Município.

Disse que o Município estava disponível para fazer obras, para satisfazer as necessidades dos munícipes e não para ter resultados positivos ou negativos.

O **Vereador Fernando Silva**, disse que na sua opinião deveria primeiro existir o parecer do ROC e



Oliveira do Bairro câmara municipal

só depois a aprovação das contas, no entanto agradeceu o facto de o Presidente ter facultado o draft, apesar de o mesmo o ter preocupado, porque o Revisor tinha levantado questões muito importantes na questão do património, onde aparentemente foi respondido ao Revisor, que existia um grupo que está a trabalhar na atualização, avaliação e inventariação, para se saber o real impacto nas contas. . Questionou quem estava a liderar o referido grupo de trabalho e quem estava a participar nessa atualização, que será a compilação de informações que vinham do passado.....

No que diz respeito aos processos judiciais, disse que também o Revisor tinha alertado para alguns deles que não se tinha constituído a respetiva provisão, solicitando ao Presidente que esclarecesse o motivo de estar tão otimista quanto aos referidos processos judiciais para não ter constituído provisão para os mesmos.

Relativamente à ADRA, referiu que o Revisor também tinha alertado sobre as retribuições devidas ao Município, pela ADRA e que ainda não foram pagas. Questionou o Presidente se estava a pensar em constituir provisões, decorrentes do negócio da água, porque lhe parecia que o Município não iria receber aquilo que inicialmente tinha sido previsto. Questionou ainda se o Executivo tinha alguma estratégia para abandonar a ADRA e restituir os valores até à data recebidos pela empresa.

Referiu que sendo o Executivo responsável pelo sistema de controlo interno e face aos comentários do Revisor, gostaria de saber se não se deveria ter uma auditoria externa às contas da Câmara, de forma a esclarecer o assunto de uma vez por todas.

Sobre o Relatório de Gestão, questionou se a Declaração do Órgão de Gestão estava assinada, contendo alguns ajustamentos propostos pelo Revisor e que não foram corrigidos.

No que respeita aos resultados, disse que se tinha verificado que os custos com o pessoal tinham aumentado, devido à contratação excessiva de pessoal político e de assessoria, totalizando cerca de duzentos e vinte mil euros a mais, em despesa com pessoal, agravando a despesa corrente.

Contrariamente ao que tinha sido dito em Assembleia Municipal, disse que se tinha verificado um aumento de receita de impostos em cerca de sessenta e sete mil euros, houve também a diminuição, em cerca de cento e trinta mil euros, da transferências e prestações sociais, essencialmente para as associações e as transferências do Governo Central tinham aumentado cerca de duzentos e trinta mil euros, comparativamente ao ano anterior.

Disse concluir-se que mais de metade do aumento da receita tinha sido imediatamente gasta no aumento do custo com o pessoal, e que mesmo com a boa gestão que tinha sido prometida, aquando da apresentação do Orçamento, o saldo do ano de 2018 era negativo tal como no ano de 2017, se o saldo extraordinário fosse excluído. Acrescentou que se o aumento da receita fosse tão bem gerido como o tinha sido no ano de 2017, o resultado corrente teria sido positivo.

Deu nota que para conclusão tinha feito um documento, que faz referência aos quatro pilares da Governação do atual Executivo, que entregou e deve fazer parte integrante da presente ata, como



Oliveira do Bairro câmara municipal

anexo.....

Referiu ainda que da análise que tinha feito ao Relatório de Gestão e Contas, não via como é que a maioria do atual Executivo, se poderia comprometer em melhorar a qualidade de vida dos munícipes e assim face ao referido e ao apresentado, conjugado com as reservas do Revisor Oficial de Contas, o movimento UPOB votaria contra a aprovação das contas.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, fez referência a uma rubrica no valor de vinte e cinco mil euros para requalificação do centro urbano da União de Freguesias, questionando em que é que foi baseado o valor apresentado.....

Disse concordar com o que foi dito pelo Vereador Fernando Silva, relativamente ao aumento da despesa com o pessoal e em paralelo se verifica o decréscimo noutras rubricas, como era o caso das transferências para as associações, comprovando tudo o que tem sido dito pelo PSD ao longo do ano, a falta de investimento que houve no Concelho.

Referiu que com o lançamento de um conjunto de obras, já anteriormente planificadas, se vai verificar o grande “bum” muito próximo do ato eleitoral autárquico, estando tudo a preparar-se nesse sentido, sendo o PSD contra esses princípios. Recordou que os primeiros mandatos, tanto do CDS, como do PSD tinham sido de grande impulso e o grande impulso do atual Executivo era a massificação da comunicação e imagem.

O **Vereador António Mota**, referiu que no início do mandato e no decorrer do ano de 2018, o Presidente da Câmara, como bandeira, tinha utilizado o prejuízo de um milhão e duzentos mil euros, dando a entender que a Câmara estava falida. Acrescentou que o milhão de euros, era o resultado líquido do Exercício, resultante da cedência do edifício da Junta de Freguesia de Oiã e da variação das receitas e despesas extraordinárias, mas isso nunca tinha sido explicado aos munícipes.

Dirigindo-se ao Presidente da Câmara disse que se tivesse feito o que o anterior Executivo tinha feito, ter cedido as instalações à Junta de Freguesia de Oiã talvez o resultado do presente ano também fosse negativo.

Deu nota que, comparativamente ao ano de 2017, todas as receitas tinham aumentado de forma significativa, tendo mais receita corrente para poder transformar ou aumentar o diferencial, entre a despesa e a receita correntes e esse diferencial ir para despesa de investimento, mas isso não tinha acontecido, muito pelo contrário, tendo sido apresentados valores negativos significativos.

Fez comparações entre as transferências feitas de valores para a despesa de capital, entre os dois Executivos, dizendo que os valores mostravam que o Presidente da Câmara não iria conseguir fazer contenção da despesa corrente durante o mandato, demonstrando a dificuldade em investir, porque nunca consegue fazer transferência da despesa corrente para a despesa da capital.....

Referindo-se a um parágrafo do documento, disse que o Presidente da Câmara continuava a desculpar-se com o passado, nomeadamente quanto ao esforço já refletido, que para si não tinha



Oliveira do Bairro câmara municipal

havido esforço, porque o Presidente da Câmara apenas continuou a somar a despesa corrente.

Em conclusão disse que toda a situação difícil herdada, tinha contribuído de forma muito expressiva para a folha 31 do documento ter a questão do endividamento, verificando-se que afinal a situação é estável, podem ser pedidos ainda alguns milhões e quando alguém pretende fazer investimento não tem que ter medo, sendo preferível fazê-lo agora.

No que respeita às operações de tesouraria, disse que se deveria tentar acabar com alguns montantes de operações de tesouraria, que do ponto de vista jurídico não sabe se seriam legais, porque mostravam valores que não eram reais.

Dirigindo-se ao Presidente disse que verificasse o investimento, a percentagem do mesmo e a percentagem da receita, para ver que não tinha sido feito nenhum milagre em termos da receita e da despesa de forma a que contribuísse de forma digna para os investimentos que o Concelho merecia.

O **Presidente da Câmara**, esclareceu que quando tinha chegado ao Município, uma das preocupações tinha sido relativa às áreas das retenções e das garantias e não conseguiu compreender como é que desde o ano de 2009, nunca ninguém tinha pegado no assunto. Atualmente já se começaram a resolver algumas questões pontuais que estavam em aberto, estando a fazer de forma progressiva.

Esclareceu ainda que uma coisa era a contabilidade orçamental, outra coisa diferente era a contabilidade POCAL e o que estava espelhado na demonstração de resultados e no balanço. Acrescentou que quando uma despesa não estava paga, a mesma transitava para o ano seguinte, sendo considerada despesa corrente.

Por sugestão dos Vereadores foi feito um relatório mais detalhado e na página dezassete do documento, estava mencionado o problema da despesa corrente. Explicou que se fossem somados os transportes, assumidos anteriormente, que tiveram que ser pagos no ano de 2018, despesa contabilizada no balanço e demonstração de resultados no ano de 2017, mas no orçamental no ano de 2018 e paga no mesmo ano, era apenas um exemplo, fora o valor de setecentos mil euros que tiveram que ser pagos, em transportes.

Referiu que o Município teve que pagar cerca de um milhão e meio de euros a fornecedores, que constava da despesa efetuada, foi assumido o prejuízo da devolução dos incentivos e dos pagamentos à NOS e na despesa orçamental, contavam esses pagamentos. Por isso quando refere que o Município tinha assumido um milhão e meio e pagou-os, era verdade.

Reportando-se aos custos com o pessoal, recordou que foram assumidas mais pessoas, com a abertura da Extensão Frei Gil e com a eliminação de muitos contratos CEI. Acrescentou que quando assumiram o Executivo, tinham assumido uma bolsa para a área da Educação e num ano a bolsa tinha sido esgotada, pelas necessidades que houve no sentido de cumprir com rácios do contrato interadministrativo. Sobre os trabalhos especializados, disse que eram considerados despesa e os



Oliveira do Bairro câmara municipal

mesmos já existiam anteriormente, sendo que atualmente até eram mais reduzidos.

Relativamente à gestão económica e financeira, demonstração de resultados e balanço, disse que se se tiver um resultado que era influenciado por amortizações, que aumentaram no ano de 2017 e face ao ano de 2016, foi enorme e só aí estava explicado o resultado operacional.

Sobre o que tinha sido referido pelo Auditor Externo, disse que não estava preocupado sobre a primeira reserva, porque a preocupação do Auditor era apenas a identificação clara dos investimentos, coisa que não era feita anteriormente.

Relativamente à questão da ADRA, esclareceu que o Município assumiu que, pelos cinquenta anos teria que reconhecer um proveito a diluir, de acordo com a cadência de depreciações, mas o que tinha ficado estabelecido nos cálculos do EVEF é que o mesmo iria ser reanalisado futuramente, para se verificar se era aquele o valor ou se não existiriam ajustamentos, face às perspetivas de recebimento. Acrescentou que o valor do Município estava encaixado, agora faltava o reconhecimento. O que o Auditor colocou em causa foi que não existindo ainda essa definição e enquanto a reanálise não for efetuada, não se sentia confortável relativamente ao assunto.

Sobre os processos jurídicos, disse que durante o percurso de um ano e meio, têm sido resolvidos vários processos, mas naturalmente todos eles eram somados e a soma para um Auditor era feita para todos os processos para os quais inequivocamente existe sentença final.

Referiu que têm sido feitas todas as diligências para salvaguardar os interesses do Município.

O **Vereador Fernando Silva**, reportando-se ao mapa de participações de identidades, questionou porque é que não tinha sido colocado o valor de um milhão de euros referente à participação na Fundação Comendador Almeida Roque, entendendo que deveria constar.

Deu nota que a apresentação do relatório tinha melhorado.

Relativamente ao ROC, disse que o mesmo passa um pouco a batata quente para o Município, alertando que o Município se deveria cuidar pois facilmente poderiam vir a ser arguidos num processo.

O **Vereador António Mota**, disse que o Presidente da Câmara quando falou em custos transitados, também deveria ter falado nos saldos transitados de um milhão e trezentos mil euros no ano de 2017 para o ano de 2018.

O **Presidente da Câmara**, esclareceu que as informações constantes eram as obrigatórias.

Referiu que o saldo do ano de 2016 para o ano de 2017 de um milhão e trezentos mil euros, a si não lhe dizia respeito, porque não tinha estado nessa gestão, estando só na gestão do ano de 2017 para o ano de 2018 onde transitaram quatrocentos mil euros.

Dirigindo-se ao Vereador Fernando Silva, disse que esperava que o voto contra do mesmo, não fosse pelo facto de as contas estarem mal efetuadas ou pelo mau trabalho do Auditor Externo.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal, após análise do Relatório de Gestão e Documentos de Prestação de Contas de 2018 e ter verificado todos os documentos nos termos das Instruções do



Oliveira do Bairro câmara municipal

Tribunal de Contas, deliberou por Maioria, com os Votos Contra dos Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Fernando Silva, o seguinte:

1.º - Aprovar o Relatório de Gestão de 2018 e os Documentos de Prestação de Contas de 2018 e remeter os mesmos à Assembleia Municipal com vista à competente apreciação e votação, ao abrigo da alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º, conjugada com a alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

2.º - Aprovar o Inventário 2018, bem como o Mapa Síntese dos Bens Inventariados, nos termos da alínea b) do n.º 14 da Resolução do Tribunal de Contas n.º 7/2018 de 9 de janeiro e remeter os mesmos à Assembleia Municipal para apreciação ao abrigo da alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

3.º - Tendo-se apurado no exercício de 2018 um Resultado Líquido positivo de 466.181,32 € (quatrocentos e sessenta e seis mil, cento e oitenta e um euros e trinta e dois cêntimos) e no seguimento das imposições legais do ponto 2.7.3.4 do POCAL “É obrigatório o reforço do património até que o valor contabilístico da conta 51 - Património - corresponda a 20% do ativo Líquido” e 2.7.3.5. do POCAL “sem prejuízo do disposto no n.º anterior deve constituir-se um reforço anual da conta 571 - Reservas Legais - no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido”, subscrever a seguinte proposta de aplicação:

- 59 – Resultados Transitados: 442.872,25 € (quatrocentos e quarenta e dois mil, oitocentos e setenta e dois euros e vinte e cinco cêntimos).

- 571 – Resultados Legais: 23.309,07 € (vinte e três mil, trezentos e nove euros e sete cêntimos).

PONTO 5 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 70 – MANDATO 2017/2021 APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – 1ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, o Vereador António Mota e o Vereador Fernando Silva.

O **Presidente da Câmara**, deu nota de que a 1.ª Revisão tinha sido feita quase em exclusivo para a inclusão do saldo, de forma a poderem ser desenvolvidos projetos e reestruturar o investimento.

Acrescentou que também a 1.ª Revisão incluía os financiamentos, que não era obrigatório, mas uma vez que o documento vinha a este órgão, assim o fez.

Reportando-se ao saldo de gerência, disse que o mesmo era mais canalizado para o PPI, investimentos.....

Deu nota também para o reforço e a inclusão de projetos, na área da Saúde, de forma a serem preparados os projetos de arquitetura e especialidades, porque no âmbito da alteração do pacto, o Município tinha solicitado que as verbas remanescentes viessem a ser incluídas no que até agora não estava nada previsto, de financiamento para as duas extensões de Saúde.....



Oliveira do Bairro câmara municipal

Acrescentou que também tinha havido um reforço nas rubricas de investimento e algum ajustamento na área da despesa corrente.

O **Vereador António Mota**, questionou se esta revisão orçamental e a inclusão dos três milhões de euros relacionados com os financiamentos cumpre a Lei n.º 98/97, Lei do processo de Tribunal de Contas, com as alterações de 2016, sendo seu entendimento que não cumpria.

Acrescentou que no seu entendimento a Lei diz que não se pode incluir numa revisão orçamental ou orçamentar estes montantes, sem primeiro ter o visto do Tribunal de Contas, achando que se se dividir os empréstimos em três, e estava-se a falar de novecentos e cinquenta mil euros, que era o valor que o Tribunal aceitava, mas aquele financiamento de um milhão euros relacionado com o desenvolvimento económico, não poderia ser incluído em termos do Orçamento, devendo haver algum cuidado, nomeadamente naquilo que diz o artigo 4.º.

O **Presidente da Câmara**, esclareceu que tinha tido o cuidado de ter levantado essa questão junto do Tribunal de Contas e a informação que obteve da conselheira, foi a de que deveria mesmo incluir esses valores. Acrescentou que também tinha colocado a questão junto da CCDRC que também foi da opinião de se incluir os valores, não obstante ter a informação dos serviços também nesse sentido. Referiu que o que tinha transmitido, na sua primeira intervenção, de que não era necessária a inclusão dos valores, era opinião dos técnicos que não viam necessidade da inclusão dos valores dos financiamentos, para vir ao órgão Executivo e ao Órgão Deliberativo do Município, porque os valores estariam encaixados no que era receita, diretamente à despesa.

O **Vereador António Mota**, referiu que não havendo nenhum parecer escrito, nem nenhum técnico que se responsabilize por uma situação dessas, os Vereadores do PSD só tinham uma solução que era fazer cumprir o que estava na Lei do Tribunal de Contas, que diz que não pode, nomeadamente no seu artigo 4.º.

O **Vereador Fernando Silva**, informou que iria votar favoravelmente, porque já tinha testado a questão uma vez e também já tinha sido constituído arguido, juntamente com a Vereação, pelo Tribunal de Contas, defendendo-se com a argumentação que aquilo que vem a Reunião de Câmara, só pode vir quando efetivamente está em condições de vir, e eram os serviços da Câmara que tinham que dar as informações, para os assuntos virem a Reunião de Câmara, tendo o Tribunal de Contas anulado a multa sobre si e transferindo a mesma para os responsáveis técnicos do Município.

O **Vereador António Mota**, referiu que eram coisas distintas, porque uma coisa era pagar a coima, sem ter o visto do Tribunal de Contas, outra coisa distinta era orçamentar.

Disse que deveria haver um pouco mais de atenção, porque quem iria ficar mal eram os técnicos e os juristas da Câmara Municipal.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por maioria, com os Votos Contra dos Vereadores António Mota e Álvaro Ferreira, o seguinte:.....



Oliveira do Bairro câmara municipal

1.º – Subscrever a proposta da 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e 1.ª Revisão ao Orçamento de 2019, nos exatos termos exarados na Informação/Proposta n.º 70 – Mandato 2017/2021 do Presidente da Câmara, datada de 8 de abril de 2019, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais;.....

2.º - Remeter a referida proposta à Assembleia Municipal com vista à competente aprovação nos termos da alínea a) do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.....

Pelo **Vereador António Mota**, foi apresentada uma declaração de voto verbal, dizendo que os Vereadores do PPD/PSD votaram contra a aprovação da 1.ª Revisão às Grandes Opções do Plano, considerando o disposto no ponto quatro do artigo quarenta e cinco do decreto-lei 98/97 de 26 de agosto com a décima alteração da Lei 42/2016 de 28 de dezembro, Lei de organização e processo de Tribunal de Contas.

PONTO 6 – INFORMAÇÃO N.º 23 MANDATO 2017/2021 – APRESENTADA PELO VICE-PRESIDENTE - REGULAMENTO DA EXPO BAIRRADA 2019.....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto e os Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Fernando Silva.....

O **Vice-Presidente da Câmara**, deu nota que a edição da Expo Bairrada do ano passado tinha sofrido algumas alterações, face aos moldes anteriores, e apesar do sucesso era entendimento que se podia fazer mais e melhor, fazendo por isso mais algumas alterações espelhadas no Regulamento, nomeadamente alterações de organização e de logística, crendo que com as alterações ao Regulamento estavam em condições para avançar para mais um evento de grande sucesso e de promoção do Município.

O **Vereador Fernando Silva**, disse que já tinha referido na anterior Reunião de Câmara e voltava a referir, que tinha sido uma falta de lisura, para com o restante Executivo, não terem sido sequer informados da data do evento. Achando que tinha sido uma ação de desprezo e por isso iria desprezar o assunto, votando contra qualquer assunto que tenha a ver com a Expo Bairrada.

O **Vereador António Mota**, começou por dizer que o evento estava integrado no Pelouro do Vice-Presidente e relativamente ao Regulamento disse que era referido no mesmo que os casos omissos seriam analisados pontualmente pelo Presidente da Câmara Municipal, não achando de bom tom que assim fosse.....

Relativamente aos dias de realização, disse verificar que se continua a ter menos dias de feira, achando que se deveria investir em mais dias, nomeadamente não ser inaugurada a uma quarta-feira, sugerindo que o fosse no fim-de-semana anterior e ter mais dias de feira. Acrescentou que para alguns expositores era complicada toda a logística, para tão poucos dias de exposição.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, questionou como é que iria ser feita a seleção das associações a



Oliveira do Bairro câmara municipal

estarem presentes no espaço confinado à restauração, caso existam mais inscrições, do que as vagas existentes.

Disse saber-se que está em estudo a regulamentação do Cartão Jovem Municipal, questionando se no futuro quando o mesmo entrar em vigor, será tido em conta no Regulamento da Expo Bairrada e de que forma.

Referiu que uma das alterações do presente Regulamento foi o valor do ingresso, sendo o valor de um euro para todos os dias, questionando se tinha sido em função do cartaz ou se era o esforço da Câmara Municipal para ter mais abrangência ao nível de captação da população.

Recordou que no ano anterior, aquando da aprovação do Regulamento em Reunião de Câmara, tinha sugerido que houvesse um incentivo para aqueles que tenham iniciado atividade nesse ano, sendo uma forma de potenciar as novas empresas, comércio, prestação de serviços, o que fosse.

Lembrou que tinha sido referido pelo Presidente da Câmara que nas edições seguintes as sugestões, deixadas por si, poderiam ser inseridas, verificando que para esta edição isso não foi tido em conta. Questionou se a Câmara Municipal queria ou não ajudar, desta forma, as novas empresas do Concelho.

O **Vice-Presidente da Câmara**, relativamente ao número de dias, referiu que era uma opção do Executivo, dando nota que no presente ano houve Concelhos vizinhos que tinham diminuído os dias de realização das suas feiras.

Sobre a questão das associações, iria ser por sorteio à semelhança do ano anterior, achando ser a forma mais correta de seleção.

No que diz respeito ao Cartão Jovem Municipal e a inclusão dos seus benefícios no presente Regulamento, disse que quando o mesmo estiver em vigor, seria um assunto a ponderar.

Relativamente ao valor do ingresso, prende-se com a simplificação e com o investimento na promoção do evento.

Sobre a questão das empresas em início de atividade, ainda não tinha sido opção para o presente ano, mas o futuro o dirá.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria com os Votos Contra dos Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Fernando Silva, aprovar o Regulamento da Expo Bairrada 2019, nos termos da informação n.º 23 – Mandato 2017/2021 apresentada pelo Vice-Presidente, datada de 8 de abril de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.

Pelo **Vereador Fernando Silva**, foi apresentada uma declaração de voto verbal, esclarecendo que os motivos para o seu sentido de Voto, eram os constantes na sua intervenção.

PONTO 7 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA APRESENTADA PELA VEREADORA DO PELOURO – PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO AOS



Oliveira do Bairro câmara municipal

ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR DO CONCELHO DE OLIVEIRA DO BAIRRO

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos a Vereadora Lília Ana Águas para a apresentação do Ponto e os Vereadores Fernando Silva e Álvaro Ferreira.

A **Vereadora Lília Ana Águas**, esclareceu que o presente projeto vinha revogar o que atualmente estava em vigor. Informou que da análise detalhada e daquilo que tem sido a prática e das questões colocadas em sede de avaliação, tinha sido entendimento que se poderia aprimorar o Regulamento, contemplando outras questões que não constavam no anterior.

Deu nota que iria deixar de existir a bolsa para doutoramento, passando a haver uma distinção de graus de mestrado, havendo um aumento do número de bolsas de mestrado.

Sobre as condições de admissão, esclareceu que a avaliação iria ser feita pelo valor total do rendimento per capita.

Relativamente aos critérios de atribuição, disse terem sido introduzidos fatores determinantes para a atribuição das bolsas, nomeadamente o rendimento mensal per capita, a classificação curricular do último ano letivo e fatores adversos ou favoráveis à atribuição, estando espelhados no Regulamento. Acrescentou que há um limite de bolsas a atribuir, mas estava contemplado que em situações devidamente justificadas e fundamentadas, a Câmara Municipal poderia aumentar o número de bolsas.

O **Vereador Fernando Silva**, deu nota de que iria votar favoravelmente o presente ponto, no entanto disse que deveria ser evitado que viessem adendas, sobre a atribuição de bolsas de estudo, como era o caso de um ponto mais à frente na Ordem de Trabalhos, sendo de opinião que após publicação das listas e findo o prazo de reclamação, não deveria haver mais nenhuma análise, os candidatos deveriam esperar para o próximo ano.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, questionou se o Conselho Municipal de Juventude tinha sido consultado em relação ao Regulamento.

Reportando-se ao artigo 12.º, em caso de empate, verifica-se que há outros grupos prioritários para desempate, acima de casos de deficiência igual ou superior a sessenta por cento, sugerindo que fosse alterada a ordem dos fatores prioritários.

No artigo 19.º, obrigações dos bolseiros, questionou se existia algum registo de trabalho realizado por anteriores bolseiros nesse domínio.

Referiu que poderia também existir, sempre que possível, trabalhos realizados pelos bolseiros, no âmbito das suas disciplinas, que se cingissem ao Concelho sendo um ganho científico para o Concelho podendo ser promovida a apresentação desses trabalhos à comunidade.

A **Vereadora Lília Ana Águas**, esclareceu que no novo Regulamento eram introduzidas as listas provisórias, para que os candidatos possam efetuar a reclamação e findo esse prazo são divulgados os resultados e ponto final. Acrescentou que vai existir um relatório de acompanhamento, que não



Oliveira do Bairro câmara municipal

era feito com o anterior regulamento.

Sobre os critérios de avaliação disse que foram ponderadas e analisadas várias situações e em caso de empate, o assunto é analisado e discutido em sede de reunião da Comissão de Acompanhamento. Relativamente ao registo dos trabalhos realizados pelos bolseiros, deu nota que em tempos tinha sido solicitado esse trabalho, nomeadamente o apoio ao Campo de Férias e não tinha corrido muito bem, mas seria solicitado esse trabalho noutras áreas.

Sobre a sugestão apresentada para o trabalho dos bolseiros, disse que em teoria funcionaria bem, mas na prática não seria assim, de qualquer forma referiu que iria pensar na sugestão deixada.

Acrescentou que sempre que haja um munícipe que queira fazer a apresentação de um trabalho, uma exposição, a publicação de um livro, o Município tem apoiado.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte:.....

1.º - Subscrever a proposta de Projeto de Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo aos Alunos do Ensino Superior do Concelho de Oliveira do Bairro, ao abrigo das disposições combinadas previstas, respetivamente, no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, na alínea k), do n.º 1, do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, nos precisos termos do documento apresentado em anexo à Informação|Proposta prestada pela Vereadora do Pelouro, datada de 3 de abril de 2019;

2.º - Alcançado tal desiderato, deverá o mesmo projeto de regulamento ser submetido a audiência dos interessados, nos termos do artigo 100.º do CPA e, bem assim, a consulta pública de acordo com o estatuído nos números 1 e 2 do artigo 101.º do mesmo Código, procedendo para o efeito, à sua publicação em Diário da República e no site Institucional da Câmara Municipal na internet, para que os interessados possam apresentar por escrito as suas sugestões, no prazo de 30 dias úteis, a contar da data de publicação do projeto de regulamento;

3.º - Decorrido o período de consulta pública, caso não se tenha verificado a apresentação de sugestões, considerar-se-á a elaboração da proposta regulamentar concluída;

4.º - Registando-se, porém, sugestões por parte de interessados, devem as mesmas ser colocadas à consideração e análise da Câmara Municipal, com vista ao seu eventual acolhimento;

5.º - Uma vez concluída a elaboração da proposta regulamentar, a mesma deverá ser submetida à Aprovação da Assembleia Municipal, por força da conjugação do disposto na alínea k), do n.º 1, do art.º 33.º e alínea g), do número 1 do artigo 25.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

PONTO 8 - PROPOSTA APRESENTADA PELA VEREADORA DO PELOURO – CEDÊNCIA DO CAMPO SINTÉTICO DA ESCOLA DR. ACÁCIO AZEVEDO AO OLIVEIRA DO BAIRRO SPORT CLUB - ADENDA



Oliveira do Bairro câmara municipal

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos a Vereadora Susana Martins para a apresentação do Ponto e o Vereador Fernando Silva.

A **Vereadora Susana Martins**, esclareceu que o Oliveira do Bairro vem pedir um alargamento de horário de utilização do campo sintético da Escola Dr. Acácio Azevedo, sendo uma adenda ao contrato programa já existente para esse fim.

O **Vereador Fernando Silva**, disse que na informação era apenas referido o horário às segundas, quartas e sextas feiras das dezoito e quinze às dezanove e quarenta e cinco, mas ao ler o protocolo verificou que havia também a situação de jogos, nos dias marcados pela Associação de Futebol de Aveiro.

A **Vereadora Susana Martins**, referiu que era uma adenda ao contrato programa que já estava deliberado onde já constava a cedências para os jogos.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Minuta de Adenda ao Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo, de Cedência do Campo Sintético da Escola Dr. Acácio Azevedo ao Oliveira do Bairro Sport Club, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.

PONTO 9 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 106/GAP APRESENTADA PELO GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA - PROJETO DE REGULAMENTO DE ESTÁGIOS DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO BAIRRO – PROPOSTA FINAL.

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara para a apresentação do Ponto e o Vereador Álvaro Ferreira.

O **Presidente da Câmara**, referiu que depois de ter ido para discussão pública e ter recebido contributos, vinha agora o projeto de Regulamento, ao presente órgão. Acrescentou que o mesmo apenas tinha sofrido uma alteração, porque houve a Ordem dos Arquitetos que recomendou que fosse contemplado o subsidio de alimentação, aos estagiários e assim essa situação foi incluída no Regulamento.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, deu nota que as melhorias eram visíveis desde a altura em que o Regulamento tinha sido apresentado, até à presente data. Realçou o facto de terem tido em conta as sugestões dadas em Reunião de Câmara, relativamente ao assunto.

Reportando-se ao artigo 19.º do Regulamento, é referido que seriam entregues kits de boas vindas aos estagiários, questionou o que é que se compreendia por kit de boas vindas e o que é que estava englobado nos mesmos.

O **Presidente da Câmara**, esclareceu que o kit era um conjunto de informação sobre o Município, de forma a ajudar o estagiário a perceber onde está situado, quem são os órgãos do Município, quem os representa, o organograma, entre outros documentos informativos.



Oliveira do Bairro câmara municipal

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte:.....

1.º - Subscrever a proposta de Projeto de Regulamento de Estágios do Município de Oliveira do Bairro, ao abrigo das disposições combinadas previstas, respetivamente, no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, na alínea k), do n.º 1, do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, nos precisos termos do documento apresentado em anexo à Informação/Proposta n.º 106/GAP apresentada pelo Gabinete de Apoio à Presidência, datada de 08 de abril de 2019;.....

2.º - Submeter à aprovação da Assembleia Municipal, por força da conjugação do disposto na alínea k), do n.º 1, do art.º 33.º e alínea g), do número 1 do artigo 25.º, ambos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.....

3.ª – Seguidamente, em caso de aprovação nos termos antes mencionados, dever-se-á promover a sua publicação nos termos legais.

PONTO 10 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA APRESENTADA PELA COMISSÃO DE ANÁLISE DAS CANDIDATURAS A BOLSAS DE ESTUDO E OUTROS APOIOS AOS ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR PARA O ANO LETIVO 2018/2019 - ADENDA.....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos a Vereadora Lília Ana Águas para a apresentação do Ponto, e o Vereador Fernando Silva.

A **Vereadora Lília Ana Águas**, referiu que a presente adenda iria deixar de acontecer com a entrada em vigor do Regulamento atrás aprovado.

Explicou que se tratavam de situações, que depois de excluídas foram reclamadas, sendo que uma das reclamações, era para excluir porque prestou falsas declarações e as outras duas seriam para contemplar, estando tudo devidamente contemplado na informação.

O **Vereador Fernando Silva**, disse que em relação ao presente assunto, já tinha exposto anteriormente a questão, sendo da opinião que não se deva fazer alterações às decisões já tomadas. Referiu ainda que os recursos apresentados, nem sequer deveriam ter sido aceites, não sendo justo, porque podem ser pessoas que tenham informação privilegiada, que lhes permitiu fazer o recurso e outros haveria na mesma situação que não sabem que têm essa possibilidade de reclamar.

Referiu que como para si esta situação não era correta nem justa iria votar contra.....

A **Vereadora Lília Ana Águas**, esclareceu que nem a informação nem a decisão eram suas, mas sim da Comissão de Análise das Candidaturas, que tinha reunido e tomado a decisão de trazer o assunto ao presente órgão.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por Maioria com o Voto Contra do Vereador Fernando Silva o seguinte:.....

Aprovar a atribuição das Bolsas de Estudo aos Candidatos, nos termos da Informação/Proposta da



Oliveira do Bairro câmara municipal

Comissão de Análise das Candidaturas a Bolsas de Estudo e Outros Apoios aos Alunos do Ensino Superior, datada de 21 de março de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.....

.....
PONTO 11 – INFORMAÇÃO TÉCNICA N.º 1.2019/DOM – APRESENTADA PELA DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS – APROVAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE EM OBRA E PLANO DE TRABALHOS DA EMPREITADA “P02 – REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DA RUA CÂNDIDO DOS REIS”

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara para a apresentação do Ponto, e os Vereadores António Mota e Fernando Silva.

O **Presidente da Câmara**, referiu que se estava para iniciar a execução da obra e nesse sentido vinha ao presente órgão a aprovação do plano de segurança e saúde em obra.....

O **Vereador Fernando Silva**, referiu que para uma reunião do género, onde foi analisado o relatório de gestão, entre outros assuntos, ter ainda que analisar a documentação referente ao presente ponto, apesar de o mesmo não ter sido enviado na sua totalidade, não houve tempo útil para analisar tudo ao pormenor e por isso iria abster-se no presente ponto da Ordem de Trabalhos.
Questionou, no caso de roubo da sinalética, quem é que seria responsável pela sua reposição e quem era o fiscal da obra.

O **Vereador António Mota**, questionou se tinha voltado a haver algum contacto com algum dos proprietários confinantes, ou se a intervenção se iria apenas manter na via pública.

O **Presidente da Câmara**, informou que todas as diligências que englobem intervenção em espaço que não seja público, têm que ser tomadas para que se possa fazer a intervenção, afirmando que as diligências têm sido feitas com todos os proprietários confinantes com a referida rua.

Quanto à substituição da sinalética, a mesma estava a cargo do empreiteiro e a pessoa responsável pela obra era a Chefe de Divisão, Eng.ª Patrícia Cunha que tem toda a sua equipa a trabalhar nesse sentido.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por Maioria com a abstenção do Vereador Fernando Silva, o seguinte:

Aprovar o Plano de Segurança e Saúde em Obra, Plano de Trabalhos bem como a planta de Sinalização Temporária 1.ª fase da empreitada P02 - “Requalificação do Espaço Público da Rua Cândido dos Reis”, nos termos da Informação Técnica 1.2019/DOM que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;

.....
PONTO 12 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 137/2019 APRESENTADA PELA UNIDADE DE 2º GRAU DE HISTÓRIA E PATRIMÓNIO CULTURAL, DESPORTO E LAZER – PROTOCOLO DE



Oliveira do Bairro câmara municipal

COLABORAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO BAIRRO, A FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE FUTEBOL E A ASSOCIAÇÃO DE FUTEBOL DE AVEIRO.

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos a Vereadora Susana Martins para a apresentação do Ponto o Presidente da Câmara e os Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Fernando Silva..

A **Vereadora Susana Martins**, explicou que se tratava de um protocolo de parceria, entre as entidades referidas, de forma a realizarem-se diversas atividades homologadas pelas entidades.....

Informou que iriam avançar com o projeto de torneio de futebol inter freguesias, para escalões mais novos, com o intuito de que todos tenham direito ao desporto federado ou não federado.....

O **Vereador Álvaro Ferreira**, valorizou o protocolo, no entanto na sua opinião o mesmo não se iria apenas cingir ao torneio referido pela Vereadora Susana Martins. Solicitou que o mesmo não venha a interferir com os torneios que as Associações costumavam fazer durante o ano.....

Questionou se o torneio já tinha data estabelecida, se já tinha sido anunciado, por exemplo, numa das reuniões do Conselho Municipal de Juventude.....

Referiu que na sua opinião seria prematuro avançar com o presente protocolo, porque o mesmo iria colidir com o torneio inter freguesias que iria ter Regulamento próprio.....

O **Vereador Fernando Silva**, disse que da leitura que tinha feito ao protocolo, verificou que havia uma série de obrigações, mas não havia nenhuma referência aos custos, presumindo que não haveria nenhum compromisso financeiro a ser assumido.....

O **Vereador António Mota**, disse que na sua opinião não competia à Câmara Municipal promover este tipo de iniciativas, mas sim às Associações direcionadas para estas atividades desportivas. Acrescentou que a Câmara podia ajudar a promover, a compartilhar, a apoiar, mas não se deve substituir às Associações vocacionadas para as atividades.

A **Vereadora Susana Martins**, relativamente à data informou que seria escolhida pela Câmara e no seguimento da reunião tida, estava apontada para o mês de julho.

Quanto aos custos, disse já ter planificado o torneio e o mesmo iria ter custos com t-shirts, águas, entre outros, mas não se estava a falar de valores elevados.....

Informou que tinha conhecimento da assinatura de protocolos do género com outros Municípios vizinhos, que também aderiram ao torneio, de há alguns anos a esta parte.

O **Vereador Fernando Silva**, referiu que deveria acompanhar a documentação uma estimativa de custos, para o período de vigência do protocolo.

Questionou porque é que o Protocolo é entre o Município e as duas entidades e não é a Câmara e as duas entidades.

O **Presidente da Câmara**, esclareceu que o Município era a entidade que concretizava.

A **Vereadora Susana Martins**, informou que os custos têm um valor aproximado de dois mil euros.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta de protocolo de



Oliveira do Bairro câmara municipal

colaboração, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, a estabelecer entre o Município de Oliveira do Bairro, a Federação Portuguesa de Futebol e a Associação de Futebol de Aveiro, nos termos da Informação/Proposta n.º 137/2019 apresentada pela Unidade de 2.º Grau de História e Património Cultural, Desporto e Lazer, datada de 4 de abril de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.

PONTO 13 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 43/2019 APRESENTADA PELA RESPONSÁVEL PELA DIREÇÃO DO PROCEDIMENTO – PROPOSTA DO PROJETO DE REGULAMENTO DA REDE DE MUSEUS DE OLIVEIRA DO BAIRRO

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos a Vereadora Lília Ana Águas para a apresentação do Ponto e os Vereadores António Mota e Álvaro Ferreira.

A **Vereadora Lília Ana Águas**, esclareceu que após análise jurídica do Regulamento, tinha sido entendimento retirar o texto regulamentar, onde constava a fundamentação económico-financeira e uma tabela de taxas, ficando só a aplicação de preços. Como tinha havido a referida alteração o Regulamento teve que voltar ao órgão para subscrever o mesmo com as alterações.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, disse que gostaria de ter conhecimento dos contributos dados pelo município Paulo Lourenço, para o referido Regulamento, uma vez que já tinha tido conhecimento dos restantes contributos de outros municípios.

Questionou o que é que se entendia por “núcleo museológico” ou “conjunto de núcleos museológicos”, porque a definição constante no Regulamento dava a abertura a museus existentes ou em criação, quer fossem do Município ou privado. Questionou se havia algum tipo de conceito ou ideia a ser implementada no Concelho, ou se se estava já a contemplar o Museu São Pedro da Palhaça.

Questionou se, o Regulamento do Cartão Jovem Municipal, no futuro, enquadraria algum tipo de percentagem no acesso à Rede de Museus ou no acesso ao material didático existente na Rede de Museus. Questionou também se os reformados também teriam algum tipo de regalias no acesso à Rede de Museus.

Disse que após quase um ano o Regulamento vinha à Reunião de Câmara, os contributos dados pelos Municípios e pelo Vereador Rui Santos certamente que não tinham sido pertinentes, pois não foram tidos em conta no Regulamento, mas ao nível de gralhas existiam algumas que deveriam ser corrigidas antes de o documento seguir para o órgão deliberativo.

O **Vereador António Mota**, apelou a que o Executivo ouça o que era dito pela oposição, que tinha chamado à atenção para as gralhas numa reunião onde tinha estado presente o Regulamento, mas agora vinha novamente com as mesmas gralhas.

A **Vereadora Lília Ana Águas**, quanto às gralhas disse que pessoalmente iria verificar o que tinha sucedido.



Oliveira do Bairro câmara municipal

Sobre o Cartão Jovem Municipal disse que enquanto o mesmo não existir, não pode ser previsto.
Relativamente ao Regulamento propriamente dito, esclareceu que tem que estar em consonância com a Lei quadro dos Museus.

Quanto ao Museu São Pedro da Palhaça, informou que não seria só esse que se pretendia integrar na Rede de Museus, mas também a integração de algum espólio doado por pessoas que têm contactado a Câmara no sentido de ser exposto.....

Lembrou que já tinha dado nota da candidatura para a requalificação total do Museu de EtnoMúsica e também daquele que era o objetivo das futuras instalações da Cerâmica Rocha.....

O **Vereador António Mota**, considerando tantas questões levantadas no âmbito do Cartão Jovem Municipal, questionou se não poderia existir uma disposição transitória por forma a que não tenha que vir novamente o Regulamento ao presente órgão para ser alterado.

A **Vereadora Lília Ana Águas**, esclareceu que seria no Regulamento do Cartão Jovem Municipal, que iam ser contemplados os benefícios do mesmo e não no Regulamento em análise.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte:.....

1.º - Subscrever a proposta de Projeto de Regulamento da Rede de Museus de Oliveira do Bairro, nos termos e ao abrigo da alínea k), do n.º 1, do art.º 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação que lhe foi dada pela Lei 69/2015 de 16 de julho, nos precisos termos do documento apresentado em anexo à Informação/Proposta n.º 43/2019 apresentada pela responsável pela direção do procedimento, datada de 8 de abril de 2019;.....

2.º - Submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea g), do número 1 do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.....

3.ª – Seguidamente, em caso de aprovação nos termos antes mencionados, dever-se-á promover a sua publicação nos termos legais.

PONTO 14 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 47/2019 APRESENTADA PELA DIVISÃO DE HISTÓRIA, CULTURA, TURISMO, DESPORTO E JUVENTUDE – CEDÊNCIA DO QUARTEL DAS ARTES DR. ALÍPIO SOL À ACADEMIA DE ARTES PRIMEIRA POSIÇÃO PARA A REALIZAÇÃO DO ESPETÁCULO, NO DIA 12 DE MAIO.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a cedência do Auditório do Quartel das Artes Dr. Alípio Sol, no dia 12 de maio de 2019 à Academia de Artes Primeira Posição, para efeitos de realização de Espetáculo, nos termos da Informação/Proposta n.º 47/2019 da Divisão de História, Cultura, Turismo, Desporto e Juventude datada de 4 de abril de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.

PONTO 15 – DESPACHO N.º 169 – MANDATO 2017/2019 DO PRESIDENTE DA CÂMARA –



Oliveira do Bairro câmara municipal

ALTERAÇÃO DA DATA DE REALIZAÇÃO DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE ABRIL – PARA CONHECIMENTO.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento do teor do Despacho n.º 169 Mandato 2017/2021 do Presidente da Câmara referente à alteração da data de realização da segunda reunião ordinária do mês de abril, para o dia 26 de abril.

PONTO 16 – DESPACHO N.º 170 – MANDATO 2017/2019 DO PRESIDENTE DA CÂMARA – TOLERÂNCIA DE PONTO NO PERÍODO DA PÁSCOA – PARA CONHECIMENTO.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento do teor do Despacho n.º 170 Mandato 2017/2021 do Presidente da Câmara que concede Tolerância de Ponto no dia 22 de abril.

PONTO 17 – INFORMAÇÃO N.º 17/2019 APRESENTADA PELO COORDENADOR DO PROJETO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DE OLIVEIRA DO BAIRRO – PONTO DE SITUAÇÃO – PARA CONHECIMENTO

Intervio neste ponto o Vereador Fernando Silva.....

O Vereador **Álvaro Ferreira**, disse verificar-se claras melhorias ao nível da participação da população, de um ano para o outro, algo que era expectável.....

Referiu que o grau de aceitação era visível, devido ao esforço, não só da coordenação do projeto, mas também da Câmara Municipal para levar o projeto de forma mais abrangente, quer ao nível das escolas quer ao nível da população em geral.....

Disse que não poderia deixar de dar o seu apreço e dizer que a população valorizava este tipo de projetos.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento do teor da Informação n.º 17/2019 apresentada pelo Coordenador do Projeto do Orçamento Participativo, datada de 8 de abril de 2019, que aqui se por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais.

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA: Foi presente o **Resumo Diário da Tesouraria** referente ao dia 10 de abril do ano de 2019, do qual constam os seguintes dados e valores:

DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS: 899.178 Euros e 17 Cêntimos

DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: 743.883 Euros e 30 Cêntimos

TOTAL DAS DISPONIBILIDADES: 1.643.011 Euros e 47 Cêntimos

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, eram



Oliveira do Bairro câmara municipal

dezassete e quinze minutos, tendo as deliberações sido aprovadas em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da qual se lavrou a presente Ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Câmara Municipal, por mim, Sílvia Rosa da Silva Oliveira, Assistente Técnica, que a redigi e pelos demais presentes que o desejem fazer.....

Duarte dos Santos Almeida Novo

Sílvia Rosa da Silva Oliveira

Jorge Ferreira Pato

Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas

Susana Maria da Silva Martins

António Augusto Marques Mota

Álvaro Miguel Ferreira Ferreira

Fernando José Martins da Silva